



SILUC - UM PRIMEIRO PASSO PARA A CODIFICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO

9 de maio – Ordem dos Engenheiros, Lisboa

Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Eng.º Fernando de Almeida Santos,

Senhora Presidente do LNEC, Eng.ª Laura Caldeira,

Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Região Norte da OE, Eng. Bento Aires,

Senhor Arquiteto João Branco Pedro, que nos falará sobre a Codificação da Construção,

Senhor Engenheiro António Cabaço, que nos falará sobre o SILUC,

Senhoras e senhores,

Nas sociedades contemporâneas, cerca de 70% da população vive nas cidades e passa cerca de 90% do seu tempo no interior de edifícios.

Os edifícios são, por consequência, lugares centrais na nossa vida, individual, familiar e comunitária. É nos edifícios que nascemos e crescemos. É nos edifícios que nos desenvolvemos pessoal e profissionalmente. É neles que encontramos o lugar a que chamamos casa, onde nos construímos e reconstruímos, onde nos sentimos seguros e felizes; onde somos nós próprios; onde somos livres.

Estes têm, por isso, de responder a diversas exigências: sociais, económicas e ambientais, mas também de conforto, de segurança, de qualidade e durabilidade.

De acordo com o relatório UN Habitat, as cidades geram mais de 75% do produto interno bruto dos países, mas também consomem mais de 75% da energia primária e são responsáveis por 50% a 60% dos gases de efeito de estufa¹ produzidos.

É, por isso, necessário evoluir e adaptar o ecossistema “urbano”, dotando-o de inteligência (Smart Cities), descarbonizando-o (transição energética) tornando-o mais resiliente e eficaz no combate às

¹ <https://unhabitat.org/topic/urban-energy>



alterações climáticas. Tornando-o, em suma, melhor preparado para responder às necessidades e exigências de quem nele habita, estuda ou trabalha.

Para regular o “ecossistema urbano”, a sua evolução, modernização e adaptação, a legislação tem sofrido evoluções e tem sido um catalisador de inovação, de qualidade e de sustentabilidade nas infraestruturas que o constituem.

Gostaria de enfatizar este aspeto, dado que o impacto da legislação na inovação e na adoção de novos materiais e nas formas de construir e planear é muitíssimo significativo. A evolução da legislação é assim, hoje, o motor primeiro da inovação na construção.

Se é verdade que esta premissa é hoje amplamente aceite, é igualmente verdade que este caminho teve um ponto de partida. Nos anos mais recentes, após adesão à união europeia, uma boa parte da evolução da legislação decorre da transposição e adoção de Diretivas e Regulamentos Comunitários.

Quero, por isso, nesta sessão sobre legislação da construção, elogiar o contributo, entre muitos, decisivo do LNEC, nomeadamente do Senhor Eng. Vasconcelos Paiva, já aposentado, na implementação da Transposição da Diretiva dos Produtos da Construção e na marcação CE em Portugal.

O caminho que foi traçado ao longo dos últimos anos e para o qual o LNEC contribuiu de forma significativa, tem continuidade no trabalho que estamos atualmente a desenvolver.

A mudança de paradigma que estamos a levar a cabo na habitação em Portugal prioriza a melhoria das condições de habitabilidade do parque habitacional já existente, através da renovação e reabilitação do edificado, modernizando-o e reduzindo o seu impacto ambiental. Para se atingirem os objetivos a que nos propomos relevamos a importância da intervenção e ação de todos os intervenientes do setor da construção, sendo fulcral a respetiva modernização, também, no que respeita aos documentos legais e regulamentares que são os pilares para o funcionamento do setor.



No âmbito do Programa Mais Habitação o Governo desenvolveu o Simplex Urbanístico, com medidas destinadas ao licenciamento e às regras técnicas da construção, nomeadamente revendo artigos do RGEU de forma a atualizar requisitos ao nível de equipamentos e materiais; bem como eliminar artigos com requisitos procedimentais previstos no RJUE e detalhados em legislação específica.

Este caminho já produziu importantes resultados. Atualmente, a legislação do urbanismo e da construção tem mais de 1.700 diplomas inscritos no SILUC, o que o posiciona como o repositório de referência ao nível das políticas públicas, regras e procedimentos para cumprir os requisitos básicos do setor da construção, dando confiança aos consumidores, investidores, promotores, projetistas, fabricantes, empresas, em suma, à transversalidade do setor.

Minhas senhoras e meus senhores,

Por muito significativo que seja o caminho já percorrido, esta é, ainda hoje, uma tarefa inacabada.

A identificação e catalogação de diplomas em curso, que permite ao setor encontrar a transversalidade (esmagadora maioria) da legislação que rege o setor da construção num repositório único deve agora ser apreciada sobre uma nova dimensão: a sua harmonização, simplificação e modernização.

Para o efeito, solicitámos ao LNEC o desenvolvimento de um plano de ação que permita, até ao final da legislatura, harmonizar a legislação da construção e urbanismo existente e reduzir redundâncias e assegurar a coerência e alinhamento da legislação nacional com a regulamentação comunitária, tendo como fim a criação de um Código adaptado aos novos desafios que o setor enfrenta.

Para nós, uma transformação desta magnitude, faz-se de forma colaborativa, suportada nas tecnologias de informação, para regular com rigor e transparência os vários requisitos básicos e as várias fases do ciclo dos edifícios.



Num âmbito mais abrangente, para se atingirem os objetivos de modernização, harmonização e simplificação a que nos propomos, queremos desenvolver, até 2026, a Plataforma Nacional Eletrónica dos procedimentos urbanísticos.

Esta terá a capacidade de operar numa dimensão multinível, permitindo a submissão de projetos com recurso à Metodologia BIM, a interligação ao ProNIC e a interoperabilidade com o *Digital Building Logbook*, uma base de dados de informação transversal ao setor da construção.

Esta plataforma tem como objetivo último uniformizar e simplificar procedimentos, aumentar a eficiência e celeridade dos processos de licenciamento e de obra, reduzir erros e omissões e contribuir para uma maior produtividade do setor, conferindo mais confiança e segurança ao mercado.

Senhoras e senhores,

Os desafios são muitos e a sua complexidade crescente. São assim os desafios dos nossos tempos. É por isso nossa obrigação, enquanto políticos, profissionais, académicos e cidadãos, trabalhar colaborativamente para encontrar respostas aos desafios que o ecossistema urbano convoca, e que permitam construir um futuro coletivo mais justo, inclusivo e sustentável.

Obrigada pela vossa atenção.